

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na Avenida Raja Gabaglia, nº 2.720 (exceto lado direito do 1º andar e sala 21), na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.343.492/0001-20, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia"), e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13 – grupo 205, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001/91, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, nomeada nesta Escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário");

vêm celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, da Companhia (respectivamente, "Escritura", "Emissão" e/ou "Oferta" e "Debêntures"), observadas as cláusulas, condições e características abaixo:

1. DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada com base em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 12 de junho de 2008, na qual foi deliberada a aprovação para realização do Programa (conforme definido na Cláusula 2.1.6.1) e da Emissão e as condições constantes do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações ("RCA").

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação da Ata da RCA

2.1.1.1 A ata da RCA que deliberou sobre a presente Emissão, bem como sobre as condições constantes do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o nº 3948363, em sessão de 26/06/2008, e será publicada nos jornais "Jornal da Tarde" e "Hoje em Dia" e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2 O Rendimento (conforme definido abaixo) será aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Emissora após o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), cuja ata será devidamente arquivada na

JUCEMG e publicada nos jornais “Jornal da Tarde” e “Hoje em Dia” e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

2.1.2. Inscrição da Escritura

2.1.2.1 A presente Escritura e eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão registrados na JUCEMG, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

2.1.3.1 A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Lei das Sociedades por Ações, e de acordo com a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e com as demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.1.4. Registro para Distribuição e Negociação em Mercados Primários e Secundários

2.1.4.1 As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), operacionalizado e administrado pela CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP.

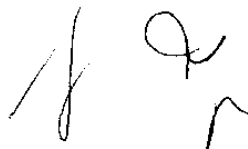
2.1.4.2 As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário através do SND – Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), operacionalizado e administrado pela CETIP.

2.1.5 Registro na Associação Nacional de Bancos de Investimento - ANBID

2.1.5.1 A Emissão deverá ser elaborada de acordo com o Código de Auto-Regulação da Associação Nacional de Bancos de Investimento para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBID” e “ANBID”, respectivamente), e registrada na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do registro da Emissão pela CVM, em atendimento ao disposto no artigo 23 do Código ANBID.

2.1.6 Registro do Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Emissora na CVM

2.1.6.1 A Emissão será realizada no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures da Emissora, o qual tem prazo de duração de até 2 (dois) anos e limite de até R\$1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais), aprovado na RCA e submetido a arquivamento na CVM, nos termos do artigo 11 e seguintes da Instrução CVM 400 (“Programa”).



3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto social (i) a administração de bens próprios; (ii) a incorporação, construção e comercialização de imóveis próprios ou de terceiros; (iii) a prestação de serviços de engenharia pertinentes às atribuições dos responsáveis técnicos; e (iv) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 1ª emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em duas séries.

3.4. Valor Total da Emissão

3.4.1. O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido abaixo, e observado o disposto no item 4.1.2 abaixo.

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. O recursos obtidos por meio da presente Emissão serão destinados à aquisição de terrenos para incorporações e construções e para o desenvolvimento e construção de projetos.

3.6. Forma e Procedimento de Colocação

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob regime de garantia firme de colocação com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI") e da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC" e, em conjunto com o Itaú BBA e o BBI, "Coordenadores"), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT, operacionalizado e administrado pela CETIP, que organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP ("BOVESPA"), seguradoras, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização, levando em conta o perfil de risco dos seus clientes e a adequação às Debêntures, assegurando também que o tratamento conferido seja justo e equitativo. As Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures do Lote Adicional (conforme definidas abaixo), se for o caso, serão colocadas pelos Coordenadores sob o regime de melhores esforços de colocação.

3.6.2. A colocação das Debêntures somente terá início após: (a) o arquivamento do Programa na CVM; (b) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (c) a publicação do anúncio de início de distribuição ("Anúncio de Início"); e (d) a disponibilização do prospecto definitivo e do suplemento definitivo relativos à Emissão ("Prospecto Definitivo" e "Suplemento Definitivo", respectivamente) para os investidores. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada até o período máximo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Distribuição").

3.6.3. A presente Emissão somente será efetivada na hipótese de colocação da totalidade das Debêntures ofertadas.

3.6.3.1. Na hipótese de não colocação da totalidade das Debêntures objeto da Emissão, os valores eventualmente recebidos em contrapartida à subscrição das Debêntures deverão ser integralmente restituídos aos investidores, deduzidas quaisquer outras taxas ou encargos, sem juros ou correção monetária.

3.6.3.2. Na hipótese prevista na Cláusula 3.6.3.1 acima, a Emissora deverá publicar aviso comunicando a não efetivação da Emissão, se for o caso, e divulgando data e procedimento para a restituição dos valores recebidos em contrapartida à subscrição das Debêntures, na forma da referida cláusula.

3.7. Banco Mandatário, Escriturador e Instituição Depositária

3.7.1. O Banco Itaú S.A. será o banco mandatário e escriturador da Emissora para esta Emissão, além de ser a instituição depositária das Debêntures ("Banco Mandatário e Escriturador").

3.7.2. O Banco Mandatário e Escriturador será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures e operacionalizar o pagamento e a liquidação do Rendimento (conforme definido na Cláusula 4.3 abaixo) e de quaisquer outros valores devidos pela Emissora relacionados às Debêntures.

3.8. Limite Legal

3.8.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora nesta data é de R\$1.321.909.786,75 (um bilhão, trezentos e vinte e um milhões, novecentos e nove mil, setecentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos) e o montante total da Emissão, na Data de Emissão, é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. *VALOR NOMINAL UNITÁRIO.* O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal").

4.1.2. *QUANTIDADE DE DEBÊNTURES.* Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures, sendo que o número de debêntures a ser colocada na 1ª série ("Debêntures da 1ª Série") e na 2ª série ("Debêntures da 2ª Série") será definido de acordo com a demanda a ser apurada em procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos Coordenadores ("Procedimento de Bookbuilding").

Text_SP 1879714v9 677012

4.1.2.1. A Companhia outorgará aos Coordenadores a opção de distribuição de lote suplementar de até 4.500 debêntures, correspondentes a até 15% das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão, conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Debêntures do Lote Suplementar"), a qual poderá ser exercida pelos Coordenadores, na data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*, para atender a um excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding*.

4.1.2.2. A quantidade de Debêntures a ser distribuída poderá ainda, a critério da Companhia e sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.1.2.1 acima, ser aumentada em até 6.000 debêntures, ou seja, em até 20% da quantidade de Debêntures inicialmente emitidas, conforme previsto no artigo 14, §2º da Instrução CVM 400, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Emissão ("Debêntures do Lote Adicional").

4.1.3. *DATA DE EMISSÃO.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de junho de 2008 ("Data de Emissão").

4.1.4. *PRAZO E DATA DE VENCIMENTO.* As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos ("Prazo"), contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de junho de 2013 ("Data de Vencimento").

4.1.4.1 Na Data de Vencimento a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal, nos termos da Cláusula 4.6 abaixo, acrescido do Rendimento devido, calculado conforme a Cláusula 4.3 abaixo.

4.1.5. *CERTIFICADOS DE DEBÊNTURES.* As Debêntures serão emitidas na forma nominativa escritural, não havendo emissão de certificados de debêntures.

4.1.5.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito das Debêntures, aberta em nome de cada debenturista, emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador.

4.1.5.3. Adicionalmente, será expedido pelo SND "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures, quando depositadas no SND, que igualmente servirá como comprovante de titularidade de debêntures.

4.1.6. *CONVERSIBILIDADE.* As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

4.1.7. *ESPÉCIE.* As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.2. Indisponibilidade, impossibilidade de aplicação ou extinção das Taxas de Rendimento

4.2.1. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI (conforme definido na Cláusula 4.3.2 abaixo) e/ou do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (conforme estabelecido na Cláusula 4.3.3 abaixo) ("Taxas de Rendimento") por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua



aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar (na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e da presente Escritura) a Assembléia Geral de Debenturistas (“AGD”), no prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis após o término do prazo acima referido de 10 (dez) dias consecutivos, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado (“Taxa Substitutiva”). Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a última taxa de remuneração e/ou índice de atualização divulgados oficialmente, acrescidos dos percentuais ou sobretaxas aplicáveis, de forma *pro rata temporis* desde a data do evento até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da taxa/índice de remuneração/atualização que seria aplicável.

4.2.2. Caso a Taxa de Rendimento venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa de Rendimento divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo dos Rendimentos das Debêntures (conforme definido na Cláusula 4.3 abaixo).

4.2.3. Caso não haja acordo na AGD sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu conseqüente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido do Rendimento respectivo das Debêntures devido até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento de Rendimento imediatamente anterior, conforme o caso. A Taxa de Rendimento a ser utilizada para cálculo do Rendimento das Debêntures nesta situação será a última Taxa de Rendimento disponível, conforme o caso.

4.2.4. O disposto nesta Cláusula 4.2 só se aplicará às Debêntures da respectiva série cuja Taxa de Rendimento se tornar indisponível, com impossibilidade de aplicação ou extinta, não afetando as Debêntures das demais séries.

4.2.5. Para os fins do presente instrumento, entende-se por “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas; e (iii) fundos de investimento exclusivo da, e previdência privada patrocinada pela Emissora, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e de seus parentes até segundo grau.

4.3. Atualização do Valor Nominal e Remuneração das Debêntures (“Rendimento”)

4.3.1. A Remuneração das Debêntures da Emissão será definida em Procedimento de *Bookbuilding*.

4.3.2. ATUALIZAÇÃO DA 1ª SÉRIE. O Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série não será atualizado.

4.3.3. REMUNERAÇÃO DA 1ª SÉRIE. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, a serem definidos em Procedimento de *Bookbuilding*, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI *over extra grupo* - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano (a “Taxa DI”), acrescida de um *spread* de até 1,5% (um e meio por cento) ao ano (“*Spread*”), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times Fator Spread) - 1]$$

onde:

J corresponde ao valor unitário da Remuneração da 1ª Série acumulada no período, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

VNe corresponde ao Valor Nominal da Debênture no primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI correspondente ao produtório das taxas DI com uso de percentual aplicado, a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{di}} (1 + TDI_k)$$

onde:

n_{di} corresponde ao número total de taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

TDI_k corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n

DI_k corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread corresponde ao *spread* de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Fator Spread} = \left(\frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}}$$

onde:

Spread corresponde ao *Spread* de até 1,5000 ao ano a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding*; e

n número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de remuneração anterior e a data atual, sendo “n” um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração da 1ª Série ou da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração da 1ª Série ou da Remuneração da 2ª Série correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.3.3.1. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.3.4. ATUALIZAÇÃO DA 2ª SÉRIE: As Debêntures da 2ª Série terão seu Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso, atualizado, a partir da Data de Emissão, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“Atualização da 2ª Série”), sendo o produto da Atualização da 2ª Série incorporado ao Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa corresponde ao Valor Nominal atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe corresponde ao Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, das Debêntures da 2ª Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento; e

C corresponde ao fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right\}$$

onde:

NI₀ corresponde ao valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI₁ corresponde ao valor do número-índice do IPCA do mês de início de atualização;

NI₂ corresponde ao valor do número-índice do IPCA do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI_n corresponde ao valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização utilizado até a data de aniversário da Debênture. Após a data de aniversário, valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{n-1} corresponde ao valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “n”;

dup corresponde ao número de dias úteis entre a data de aniversário anterior e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice-preço, sendo “dup” um número inteiro;

dut corresponde ao número de dias úteis contados entre a data de aniversário anterior e a próxima data de aniversário, sendo “dut” um número inteiro.

4.3.4.1. O número índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

Text_SP 1879714v9 6770/2

4.3.4.2. A aplicação do IPCA incidirá, no menor período permitido pela legislação em vigor.

4.3.4.3. Os fatores resultantes das expressões $[NI_k / NI_{k-1}]$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

4.3.4.4. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando - se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.3.4.5. Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês. Caso o dia 15 (quinze) de cada mês não seja dia útil, prorroga-se a data para o 1º dia útil subsequente.

4.3.5. REMUNERAÇÃO DA 2ª SÉRIE: As Debêntures da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios a serem definidos em Procedimento de *Bookbuilding*, o qual se iniciará com a taxa máxima equivalente a 200 (duzentos) pontos-base acima da Nota do Tesouro Nacional, série B (NTN-B) com vencimento em 2012, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculados por dias úteis decorridos, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.3.3 acima, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis, conforme fórmula a seguir:

$$J = VNa \times [(FatorJuros) - 1]$$

onde:

J corresponde ao valor da Remuneração da 2ª Série devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa corresponde ao Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculado nos termos da Cláusula 4.3.3 acima, com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros corresponde ao fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa corresponde à taxa de juros fixa ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*; e

DP corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de remuneração anterior e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.3.6. A Remuneração da 1ª Série será paga semestralmente e a Remuneração da 2ª Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento.

4.3.7. A Atualização da 2ª Série será paga juntamente com o Valor Nominal, e na proporção do Valor Nominal, nos termos da Cláusula 4.6.1 abaixo, de acordo com a fórmula abaixo:

$$AT = AMT \times (C - 1)$$

onde:

AT corresponde à Atualização, calculada com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

AMT corresponde ao valor da parcela de amortização do Valor Nominal; e

C corresponde ao fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, desde a Data de Emissão até a data de pagamento de cada parcela de amortização.

4.3.8. Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificará os percentuais dos *Spreads* que serão aplicáveis à remuneração da 1ª Série e à remuneração da 2ª Série e a presente Escritura será devidamente aditada, com seu termo registrado na JUCEMG.

4.4. Repactuação

4.4.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.5. Subscrição

4.5.1. *PRAZO DE SUBSCRIÇÃO.* As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme a Cláusula 3.6.2 acima.

4.5.2. *PREÇO DE SUBSCRIÇÃO.* O preço de subscrição das Debêntures da 1ª Série será o seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração da 1ª Série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização. O preço de subscrição das Debêntures da 2ª Série será o seu Valor Nominal Atualizado, acrescido da Remuneração da 2ª Série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização.

4.5.3. **INTEGRALIZAÇÃO.** As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

4.6. Amortização

4.6.1. O Valor Nominal das Debêntures será pago pela Emissora em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas a partir do final do 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, contado da Data de Emissão (“Amortização” ou “Amortizações”), na forma disposta no quadro abaixo.

Data	Percentual de Amortização
15/06/2011	33,33%
15/06/2012	33,33%
15/06/2013	33,34%

4.7. Condições de Pagamento

4.7.1. **LOCAL DE PAGAMENTO.** Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados: (a) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND para as Debêntures registradas para negociação nesse sistema; ou, (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas no SND, (i) na sede da Emissora; ou, conforme o caso, (ii) por instituição financeira contratada para este fim.

4.7.2. **PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS.** Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, pela Emissora, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ou na Cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.7.3. **ENCARGOS MORATÓRIOS.** Sem prejuízo do Rendimento previsto na Cláusula 4.3 acima, ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.7.4. **NÃO COMPARECIMENTO DOS DEBENTURISTAS.** O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, no Prospecto Definitivo, no Suplemento Definitivo, ou em comunicado publicado pela Emissora, se for o caso, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.7.5. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8. Aquisição Facultativa

4.8.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, por preço não superior ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido do Rendimento, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

4.8.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser recolocadas no mercado.

4.9. Resgate Antecipado

4.9.1. OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião do Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, total ou parcial, endereçada aos Debenturistas da 1ª Série, aos Debenturistas da 2ª Série, ou aos Debenturistas de ambas as séries sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas de cada série igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas em relação aos demais detentores de Debêntures da mesma série ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado, total ou parcial, por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado ("Editais de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever separadamente os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado de cada série, incluindo: (a) se o resgate será total ou parcial e, neste caso, o procedimento para resgate parcial, conforme parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações; (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (d) as demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas;
- (ii) Após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado;
- (iii) A Emissora poderá condicionar o resgate antecipado à aceitação da Oferta de Resgate Antecipado por percentual mínimo de Debenturistas de cada série, a ser informado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado;



- (iv) O valor a ser pago aos Debenturistas em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido (i) do Rendimento devido e não pago até a data do resgate; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas de cada série, a exclusivo critério da Emissora;
- (v) Fica definido que, caso ocorra o resgate parcial, sua operacionalização deverá ser realizada (i) mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário e divulgado pela imprensa, inclusive no que concerne às regras do sorteio; (ii) para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de 'operação de compra e de venda definitiva', sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas pelo Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, ficando definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura ou qualquer outra formalidade, ou (iii) por meio do Banco Mandatário e Escriturador, no caso de o Debenturista não estar vinculado à CETIP.

4.9.2. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a resgate antecipado facultativo a critério da Emissora.

4.10. Incorporação, fusão ou cisão

4.10.1 Em conformidade com o artigo 231, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, a incorporação, fusão ou cisão da Emissora não dependerá de prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas, caso a Emissora assegure aos Debenturistas que o desejarem, o resgate das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de seis meses a contar da data de publicação das assembleias relativas à operação.

4.11. Comunicações

4.11.1. *PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA.* Todos os demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados nos jornais "Jornal da Tarde" e "Hoje em Dia", podendo adicionalmente, a critério da Emissora, ser publicados, ainda, em outro(s) jornal(is) de grande circulação, observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

4.11.2. *COMUNICAÇÕES.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) Para a Emissora

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
Avenida Raja Gabaglia, 2.720
Belo Horizonte – MG
CEP 30350-540
Sr. Leonardo Corrêa

Text_SP 1879714v9 6770/2



14



Telefone: (31) 3348-7106
Fax: (31) 3348-7155
ri@mrsv.com.br

ii) Para o Agente Fiduciário

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205
Rio de Janeiro – RJ
CEP 22.40-100
Sr. Gustavo Dezouart
Telefone: (21) 2493-7003
Fax: (21) 2493-4746 e 2493-4901
agente@oliveiratrust.com.br e gustavo@oliveiratrust.com.br

iii) Para o Banco Mandatário, Escriturador e Instituição Depositária

BANCO ITAÚ S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 5º andar
São Paulo – SP
Sr. Eduardo Prado Santos
Telefone: (11) 3708-8717
Fax: (11) 3708-8107
epsantos@itaubba.com.br

iv) Para a CETIP

CETIP S.A. BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS
Av. República do Chile, 230, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20031-170
Telefone: (0xx21) 2276-7474
Fax: (0xx21) 2252-4308 / 2262-5481
ou
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
São Paulo – SP
CEP: 01009-000
Telefone: (0xx11) 3111-1411
Fax: (0xx11) 3115-1664

4.11.2.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

4.11.2.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

4.11.2.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à Emissora, a qual se encarregará de comunicar tal alteração a todas as demais partes.

5. VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Vencimento Antecipado

5.1.1 Ressalvado o disposto na Cláusula 5.1.3 abaixo, o Agente Fiduciário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido do Rendimento devido, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento das Debêntures declaradas vencidas, nas seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 1 (um) dia útil contado de seu vencimento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura, não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (iii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (iv) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou no Contrato de Distribuição;
- (v) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, por qualquer de suas controladas, e/ou por qualquer de seus acionistas controladores;
- (vi) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, por qualquer de suas controladas, e/ou de qualquer de seus acionistas controladores;
- (vii) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura, observados os prazos de cura aplicáveis, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;



(viii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(ix) não cumprimento de qualquer decisão final e irrecorrível contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, em valor unitário ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) corrigidos anualmente a partir da Data de Emissão pelo IPCA, ou seu contra-valor em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão;

(x) realização de redução de capital social da Emissora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, após a data de registro da Emissão junto à CVM, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas;

(xi) inadimplemento ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), reajustado desde a Data da Emissão pelo IPCA;

(xii) protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas em valor individual ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora ou qualquer de suas controladas seja responsável, nos prazos e nas condições previstos na relação subjacente, observados os benefícios de ordem, se aplicáveis, reajustado desde a Data da Emissão pelo IPCA, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;

(xiii) se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;

(xiv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para este fim;

(xv) (1) incorporação, fusão ou cisão da Emissora por quaisquer terceiros, e/ou (2) realização pela Emissora de qualquer forma de reorganização societária, desde que não tenham sido previamente aprovadas por Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 1ª Série e 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 2ª Série em Circulação, em AGD especialmente convocada para esse fim, exceto se a incorporação, fusão ou cisão (A) atender aos requisitos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; ou (B) tiver por objetivo segregar as atividades da MRV Logística e Participações S.A. ou sua sucessora. Ainda, as hipóteses previstas nos itens (1) e (2) acima não se aplicam: (x) às reorganizações societárias das quais participem exclusivamente a Emissora e suas subsidiárias, observado que tais operações societárias não poderão resultar em uma diminuição patrimonial da Emissora em mais de 5% de seu patrimônio líquido



consolidado ou em sua extinção; e (y) às incorporações totais ou de parcela cindida de sociedades em que a Emissora possua participação minoritária, desde que tais reorganizações societárias não resultem na revisão do *rating* emitido pela Standard & Poors, com perspectiva negativa ou de rebaixamento do *rating* da Emissão;

(xvi) transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, sem a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário, representando os Debenturistas; e

(xvii) não-manutenção dos seguintes índices financeiros apurados e revisados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas informações trimestrais consolidadas divulgadas pela Emissora ("Índices Financeiros"), sendo que a não manutenção pela Emissora de qualquer dos Índices Financeiros apenas em um dado trimestre não acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, desde que ocorra o reenquadramento nos 3 (três) trimestres imediatamente seguintes; caso seja apurado novo desenquadramento neste período subsequente no mesmo índice financeiro ou em outro índice qualquer, tal desenquadramento acarretará o vencimento antecipado automático, independente de em um dos índices ter ocorrido o primeiro desenquadramento:

- a) $\left(\frac{\text{Dívida Líquida} + \text{Imóveis a Pagar}}{\text{Patrimônio Líquido}} \right) < 0,65$
- b) $\left(\frac{\text{Recebíveis} + \text{Receita a Apropriar} + \text{Estoques}}{\text{Dívida Líquida} + \text{Imóveis a Pagar} + \text{Custo a Apropriar}} \right) > 1,6 \text{ ou } < 0$

onde:

Dívida Líquida corresponde ao endividamento bancário de curto e longo prazo total, menos os financiamentos tomados no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional e menos as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras.

Patrimônio Líquido corresponde ao patrimônio líquido apresentado no balanço patrimonial da Emissora, excluídos os valores da conta 'reservas de reavaliação', se houver.

Imóveis a Pagar corresponde ao somatório das contas a pagar por aquisição de imóveis apresentado na conta "Contas a Pagar por Aquisição de Terrenos" no passivo circulante e no passivo não-circulante, excluída a parcela de terrenos adquirida por meio de permuta.

Recebíveis corresponde à soma dos valores a receber de clientes de curto e longo prazo da Emissora, refletidos nas demonstrações financeiras, conforme indicado nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, em função da prática contábil aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 963/03.

Receita a Apropriar corresponde ao saldo apresentado nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora,

relativo às transações de vendas já contratadas de empreendimentos não-concluídos, não refletidas no balanço patrimonial da Emissora em função da prática contábil aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 963/03.

Estoques corresponde ao valor apresentado na conta 'estoques' do balanço patrimonial da Emissora.

Custo a Apropriar corresponde ao valor indicado nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

5.1.2 A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (i), (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (x), (xiii), (xiv), (xv), (xvi) e (xvii) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos debenturistas.

5.1.3 Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (ii), (iii), (ix), (xi) e (xii) acima o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 8 abaixo e o quorum específico para as deliberações estabelecido na Cláusula 5.1.4 abaixo.

5.1.4 A AGD a que se refere a Cláusula 5.1.3 acima poderá, por deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nas Cláusulas 7.5 e 7.6 abaixo.

5.1.5 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, consideradas eventuais Amortizações, se for o caso, acrescido do Rendimento das Debêntures (e, no caso do subitem (i) da Cláusula 5.1.1 acima, dos encargos moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora no endereço constante da Cláusula 4.11.2 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

a) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos três primeiros trimestres de cada exercício social, (1) cópia de suas informações trimestrais (ITR) completas relativas ao respectivo trimestre; (2) relatório demonstrativo do cumprimento dos Índices Financeiros previstos na Cláusula 5.1.1 (xvii) acima, explicitando as rubricas e descrevendo as contas consideradas nos cálculos dos Índices Financeiros, sendo que a Emissora entregará tal

relatório ao Agente Fiduciário um dia útil após disponibilizar o ITR à CVM; e (3) declaração do Diretor de Relações com Investidores de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.1.1 desta Escritura;

b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado; (2) relatório demonstrativo do cumprimento dos Índices Financeiros previstos na Cláusula 5.1.1 (xvii) acima, explicitando as rubricas e descrevendo as contas consideradas nos cálculos dos Índices Financeiros, sendo que a Emissora entregará tal relatório ao Agente Fiduciário um dia útil após disponibilizar as demonstrações financeiras à CVM; (3) declaração do Diretor de Relações com Investidores de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.1.1 desta Escritura; e (4) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora, sendo que esta obrigação não será aplicável a comunicações (i) que não tenham implicação direta relevante sobre as Debêntures; ou (ii) em que haja dever de sigilo por parte da Emissora;

c) as informações pertinentes à Instrução nº 202, de 6 de dezembro de 1993, da CVM, fornecidas com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM, sendo que a Emissora ficará dispensada de entregar referida cópia ao Agente Fiduciário quando a disponibilizar à CVM;

d) no mesmo dia de sua publicação, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembleias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembleia a se realizar e de todas as Reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

e) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 4.11.1 acima;

f) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;

g) caso solicitados, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 4 (quatro) dias contados da respectiva Data de Vencimento; e

h) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.1.1 acima imediatamente após sua ocorrência;

(ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;

(iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(iv) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;

(v) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM;

(vi) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(vii) manter atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado, sendo que a Emissora ficará dispensada de entregá-las ao Agente Fiduciário quando as disponibilizar à CVM;

(viii) manter, em adequado funcionamento, órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

(ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(x) notificar o Agente Fiduciário e a entidade administradora de mercado organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;

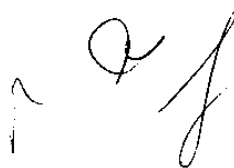
(xi) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por descumprimentos que não venham a afetar adversamente sua condição econômica, financeira e seus resultados operacionais;

(xii) contratar e manter contratada agência classificadora de risco para atualização da súmula apresentada por ocasião da colocação das Debêntures, até a Data de Vencimento, amortização ou resgate total das Debêntures, devendo (a) manter anualmente e até o vencimento, atualizada a súmula de avaliação (*rating*) das Debêntures, (b) divulgar amplamente ou permitir que a agência divulgue a súmula da classificação de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário as súmulas de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:



(i) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM (“Instrução CVM 28”), para exercer a função que lhe é conferida;

(ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(iii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

(iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

(v) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições; e

(vi) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, conforme alterada.

7.2.1. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º e seguintes da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEMG, onde será inscrita a presente Escritura, e posteriormente encaminhado à CVM.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou, na hipótese de agente fiduciário substituto, de

eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos Aditamentos na JUCEMG, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, juntas de conciliação e julgamento, das varas da Justiça Federal, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (ix) solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (x) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado na forma prevista na Cláusula 4.11.1, pelo menos 3 (três) vezes;
- (xi) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii) fazer cumprir que a Emissora mantenha atualizado, pelo menos anualmente e até o vencimento, o relatório de avaliação (*rating*) das Debêntures, bem como dê ampla

divulgação de tal avaliação ao mercado e, ainda, encaminhar o relatório de avaliação (*rating*) à ANBID no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua veiculação.

(xiii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e) resgate e pagamento do Rendimento das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(xiv) colocar o relatório de que trata a Cláusula 7.4 (xiii) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- a) na sede da Emissora;
- b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
- c) na CVM;
- d) na instituição que liderou a colocação das Debêntures; e
- e) na CETIP;

(xv) publicar, na forma prevista na Cláusula 4.11.1, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na Cláusula 7.4 (xiv) acima;

(xvi) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário e Escriturador e/ou à CETIP;

(xvii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;

(xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(xix) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- a) à CVM; e
- b) à CETIP.

(xx) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista na Cláusula 6.1 (xii) acima.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;

(ii) requerer a falência da Emissora;

(iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos debenturistas; e

(iv) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.



7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas Cláusulas 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem 7.5 (iv) acima.

7.7. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(a) a título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas trimestrais de R\$3.250,00 (três mil, duzentos e cinquenta reais) cada uma, sendo que a primeira parcela será devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura e as demais nas mesmas datas dos trimestres subsequentes;

(b) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora ou de reestruturação prévia das condições das Debêntures, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem efetivamente dedicada pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário (i) à assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures, conforme venha a ser requerido pela Emissora, (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas e em

25



Assembléias Gerais de Debenturistas, (iii) bem como à implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos Debenturistas, a qual deverá ser paga dentro de 5 (cinco) dias corridos contados da data de entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, do respectivo “relatório de horas trabalhadas”;

(c) a remuneração prevista na alínea (a) e (b) acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

(d) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die* se necessário;

(e) as parcelas relativas à remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas dos impostos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração;

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.9. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

7.10. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

7.11. As despesas a que se refere a Cláusula 7.6 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

(i) Publicação de relatórios, editais avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(ii) Extração de certidões;

(iii) Locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e

(iv) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.12. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

8. DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da assembleia em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.



8.1.5. As deliberações tomadas pelos debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

 27 

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto nesta cláusula e exceto nas hipóteses de *quorum* específico previstas nesta Escritura, as alterações no Rendimento, Espécie, Prazo, Data de Vencimento e Amortização, bem como as alterações nas condições de vencimento antecipado automático e/ou em dispositivos sobre quórum previstos nesta Escritura, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em circulação. As demais alterações, incluindo, mas não se limitando, às alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e
- (v) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

9.2. O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 9.1 acima tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de

Text_SP 1879714v9 6770/2

28

8.4. **Quorum de Deliberação**

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto nesta cláusula e exceto nas hipóteses de *quorum* específico previstas nesta Escritura, as alterações no Rendimento, Espécie, Prazo, Data de Vencimento e Amortização, bem como as alterações nas condições de vencimento antecipado automático e/ou em dispositivos sobre quórum previstos nesta Escritura, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em circulação. As demais alterações, incluindo, mas não se limitando, às alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e
- (v) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

9.2. O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 9.1 acima tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de

Text_SP 1879714v9 6770/2



28



sociedade por ações de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;

(iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;

(v) os termos desta Escritura não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;

(vi) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(vii) o prospecto preliminar da Emissão (“Prospecto Preliminar”) e o Prospecto Definitivo (em conjunto com o Prospecto Preliminar, os “Prospectos”) e respectivos suplemento preliminar e definitivo relativos à Emissão (“Suplementos”) conterão, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora e suas controladas e coligadas, no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;

(viii) as opiniões e análises expressas nos Prospectos e respectivos Suplementos em relação à Emissora foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

(ix) não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração dos Prospectos ou dos Suplementos seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica;

(x) as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos e nos Suplementos são verdadeiros, consistentes, suficientes e corretos nas suas respectivas datas;

(xi) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, suas controladas e/ou coligadas sejam partes ou no qual seus bens e propriedades estejam vinculados, nem resultará em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, suas controladas e/ou coligadas ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(xii) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2007, 2006 e 2005 e relativas ao trimestre encerrado em 30 de março de 2008, em conjunto com as respectivas notas explicativas, pareceres e/ou relatórios do auditor independente, representam corretamente a posição financeira da Emissora, suas controladas e/ou coligadas em tais datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;

(xiii) a Emissora, suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos,



normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por eventuais descumprimentos (i) que não possam causar impacto adverso relevante na Emissora, sua condição financeira ou resultados operacionais, ou (ii) aqueles mencionados nos Prospectos ou nos Suplementos;

(xiv) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos e nos Suplementos, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;

(xv) não há fatos relativos à Emissora ou às Debêntures que, nas respectivas datas de cada Prospecto ou Suplemento, não foram divulgados no Prospecto ou no Suplemento, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto ou do Suplemento seja enganosa, incorreta ou inverídica; e

10.2. A Emissora se compromete a notificar imediatamente os debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS


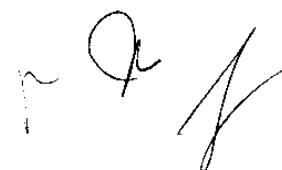
11.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2 A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.3 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4. Esta Escritura constitui o único e integral negócio entre as Partes, com relação ao negócio nela previsto.

11.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira ou não, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

 30 

11.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

12. LEI E FORO

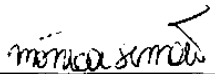
12.1. A presente Escritura reger-se-á pelas leis brasileiras.

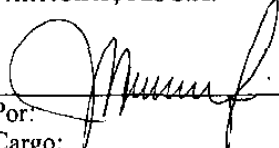
12.2. Fica eleito o Foro da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

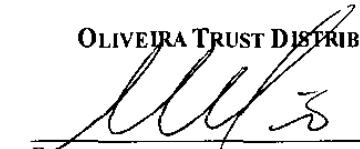
Belo Horizonte, 03 de julho de 2008

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

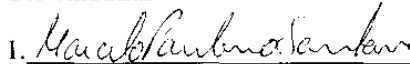

Por: _____
Cargo: _____

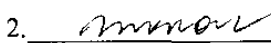

Por: _____
Cargo: _____

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


Por: _____
Cargo: Cesar Reinaldo Leal Pinto
Diretor

Testemunhas

1. 
Nome: MARCELO PAOLINO SANTANA
RG: MG 248360

2. 
Nome: MARIA ANTONIA MENDES MAIA
RG: MG 20.125.908